

**FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	16
III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019.....	23
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019.....	26
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	28
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019	30
Nota 1 – Capital do Fundo.....	31
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	32
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	33
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial	36
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	36
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações.....	37
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	37
Nota 15 – Custos Imputados	37

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A expansão global prosseguiu, no primeiro semestre de 2019, mas a um ritmo mais moderado, fruto da materialização de alguns riscos latentes, como as guerras comerciais, num contexto de maior incerteza e de longevidade do ciclo expansionista.

A elevada incerteza, com riscos económicos, refletidos no aprofundamento das guerras comerciais, e geopolíticas, está igualmente materializada nas projeções mais recentes, que apontam para uma mais pronunciada desaceleração em 2019, em particular nas economias desenvolvidas.

Crescimento Económico Mundial

	2017	2018	2019E
Mundo	3.8	3.6	3.2
Países Avançados	2.4	2.2	1.9
EUA	2.2	2.9	2.6
UEM	2.4	1.9	1.3
Reino Unido	1.8	1.4	1.3
Japão	1.9	0.8	0.9
Países em Desenvolvimento	4.8	4.5	4.1
África	2.9	3.1	3.4
Ásia	6.6	6.4	6.2
China	6.8	6.6	6.2
Europa de Leste	6.1	3.6	1.0
Médio Oriente	2.1	1.6	1.0
América Latina	1.2	1.0	0.6
Brasil	1.1	1.1	0.8

Fonte: FMI (julho de 2019)

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de Julho do “World Economic Outlook”, reviu em baixa as projeções para o ano de 2019 (e também 2020), em especial nas economias avançadas. Os riscos continuaram sendo avaliados como enviesados em baixa, em grande medida devido ao agravamento das guerras comerciais, que começaram a penalizar a confiança e o investimento, bem como às pressões desinflacionistas, que condicionam o espaço de resposta da política monetária no atual contexto de taxas de juro muito baixas.

Na zona euro, o crescimento desacelerou mais rapidamente, em linha com a dinâmica já observada no final de 2018, podendo crescer cerca de 1,3% em 2019. A Europa, enquanto espaço económico mais aberto, sofreu os efeitos indiretos das guerras comerciais, conjugados com outros fatores que atingiram o todo, ou parte, da união monetária. Na Alemanha, o setor industrial foi também penalizado pelo “dieselgate”, bem como pelos efeitos da transição energética, numa economia onde o setor automóvel desempenha um papel de relevo para a atividade.

Em França, os protestos dos “coletes amarelos” tiveram igualmente um impacto negativo sobre a atividade, em especial no final de 2018 e no primeiro trimestre de 2019, mas influenciando ainda, e pela negativa, a dinâmica anual.

Em Itália, a economia estagnou nos últimos trimestres, com a tensão política e consequente subida das yields a penalizar a confiança e a atividade económica.

O Banco Central Europeu incorporou também este enquadramento nas suas projeções de crescimento e de inflação, as quais foram revistas em baixa, tendo, consequentemente, revertido a sua mensagem de “normalização” da política monetária e reforçado o “forward guidance” quanto ao cariz expansionista da política. Assim, anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (TLTRO III) a iniciar em Setembro de 2019, estendeu até Junho de 2020 o período no qual as taxas de juro poderão permanecer em mínimos, e deixou em aberto a possibilidade de novas medidas, no final do Verão. Os investidores incorporaram expectativas de novas descidas da taxa de depósito e de um novo programa de aquisição de ativos financeiros, com uma descida generalizada das taxas de juro, em todos os espetros da curva de rendimentos.

Nos EUA, a economia manteve ritmos de crescimento sustentados, embora em desaceleração, naquela que é uma das mais longas expansões da história. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego permaneceu em mínimos, embora sem reflexos ao nível da dinâmica de salários, que permaneceram moderados.

Contudo, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros, no quadro da incerteza associada às guerras comerciais, levou a que a Reserva Federal, já em Julho, descesse a taxa de juro de referência em 25pb, para 2.25%, naquela que foi a primeira descida de taxas desde 2008. Refira-se que no início do ano, a orientação de política pela Reserva Federal era ainda de subida das taxas de juro de referência.

No Reino Unido, o processo político em torno do Brexit dominou todo o primeiro semestre, começando a ter implicações sobre o crescimento económico (com uma contração do PIB no 2T19). A data inicial de 31 de Março, para a saída pelo Reino Unido da União Europeia, foi sucessivamente adiada, para 31 de Outubro. Boris Johnson sucedeu a Theresa May enquanto primeiro-ministro, formando um governo “Brexiteer”, e dizendo que a 31 de Outubro o Reino Unido sairá da União Europeia, com ou sem acordo.

A China continuou a desacelerar, numa dinâmica que reflete a conjugação de vários fatores: (i) a secular desaceleração da atividade; (ii) os efeitos de medidas destinadas a travar o sobre-endividamento da economia, em especial do “shadow banking system”; e (iii) os efeitos da imposição de tarifas adicionais pelos EUA. Já em Agosto, a Administração norte-americana acusou a China de manipular a taxa de câmbio, após a moeda chinesa ter depreciado acima de 7 renmimbi por dólar pela primeira vez desde 2008.

Neste período, as taxas de juro de longo prazo desceram de forma significativa, ao longo de toda a curva de rendimentos, e na generalidade dos países. Na Alemanha, a curva de rendimentos assumiu níveis negativos até ao prazo dos 40 anos, enquanto em Portugal as yields entraram em terreno negativo até ao prazo dos 6 anos.

Os prémios de risco também se reduziram, de forma generalizada, com um estreitamento dos spreads face à Alemanha, inclusive por parte das taxas italianas.

Economia Portuguesa

A atividade económica, em Portugal, deu sinais de maior dinamismo no primeiro semestre, após uma segunda metade de 2018 mais tímida. O crescimento situou-se em redor de 1,8%, em termos homólogos, embora sem inverter a tendência de desaceleração já evidenciada desde 2017 (quando o PIB cresceu 2.8%).

O crescimento, neste período, foi claramente liderado por exportações e investimento, com o consumo privado a manter um contributo sustentado, embora moderado, para a evolução do PIB.

Dados Macroeconómicos

	2017	2018	2019E
PIB	2.8	2.1	1.6
Consumo Privado	2.3	2.6	3.0
Consumo Público	0.2	0.8	0.9
Investimento	9.2	5.5	4.8
Exportações	7.8	3.7	3.5
Importações	8.1	4.9	6.0
Inflação média	1.4	1.0	1.1
Desemprego	8.9	7.0	6.7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.0	-0.5	-0.2
Dívida pública (% do PIB)	124.8	122.0	118.6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.5	0.6	0.3

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Estimativas Santander Portugal

Apesar da dinâmica favorável no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a reduzir-se para 6,3% no segundo trimestre, as famílias mantêm um ritmo de despesa controlado e alinhado com a evolução do rendimento disponível. A taxa de poupança estabilizou acima dos 4% do rendimento disponível, muito próximo dos mínimos históricos.

A despesa de investimento manteve uma dinâmica positiva, em especial no primeiro trimestre de 2019. A despesa de capital representa já 20% do PIB, sendo que a recuperação face ao mínimo de 14,6% registado em 2013, decorre do investimento produtivo em máquinas, equipamentos e material de transporte, com o peso da construção a permanecer inalterado.

Este mais forte crescimento do investimento teve reflexos na evolução das importações, que também aceleraram no primeiro semestre do ano, conduzindo a uma inversão da balança de bens e serviços,

que regressou a uma situação de défice, após os excedentes dos últimos anos. Contudo, como referido, o crescimento das importações é em grande medida justificado pela despesa de capital, com uma dinâmica controlada das importações de bens de consumo.

As exportações recuperaram no primeiro semestre, embora a um ritmo mais moderado do que o das importações, afetadas também pela desaceleração da economia europeia. Contudo, mantêm o seu papel enquanto um dos principais contribuidores para o crescimento económico, com um peso de cerca de 48% do PIB.

A desaceleração relativamente às importações refletiu-se numa inversão de tendência ao nível do saldo externo, com a balança de bens e serviços a registar um défice, o que não ocorria desde 2012. A balança corrente e de capital anulou os excedentes que tinha vindo a registar.

Como mencionado, a taxa de desemprego reduziu-se para 6,3%, no segundo trimestre, uma redução de 0,4pp face ao período homólogo, fruto da criação de 43 mil novos empregos neste período. A criação de novos postos de trabalho continua a ser dirigida pelo setor privado, associada a um aumento crescente dos contratos permanentes.

A correção dos principais desequilíbrios estruturais prossegue, numa dinâmica necessária para alavancar o crescimento potencial e reduzir as vulnerabilidades face a choques exógenos.

Neste campo, o endividamento da economia continua a reduzir-se, apesar de permanecer em níveis ainda elevados, comparativamente com os parceiros europeus. No primeiro trimestre de 2019, o endividamento público situava-se em 123% do PIB, enquanto o do setor privado se tinha reduzido para cerca de 197% (129% e 253% do PIB, respetivamente, em 2013). Destaque para o esforço de redução do nível de endividamento das empresas privadas, que passou de 171% do PIB em 2012 para 127% no 1T19. Adicionalmente, prossegue a redução dos ativos não produtivos, cujo rácio se reduziu para 8,9% no final do primeiro trimestre.

O saldo orçamental das administrações Públicas, no primeiro trimestre de 2019, foi superavitário em 0,4% do PIB, fruto de um crescimento bastante favorável das receitas fiscais e das contribuições sociais, culminando num crescimento global das receitas, em termos homólogos, de 6,2% e, em percentagem do PIB, de 0,1pp (40% do PIB). A despesa do Estado apenas cresceu 0,4% em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2019, fruto da redução da despesa em bens e serviços e do serviço da dívida, que mais do que compensou o aumento da despesa com salários e prestações sociais.

A resiliente conjuntura económica e a correção dos desequilíbrios suportam uma redução da perceção do risco soberano, refletido nos níveis mínimos registados ao longo de toda a curva de rendimentos, onde o prazo dos 10 anos para a dívida soberana cotava nos 0,3% e registava um diferencial de 90 pb face à Alemanha (à data de 12 de agosto de 2019).

Neste sentido, a notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB, BBB e Baa3. As agências DBRS, em maio, e Moody's, em Agosto, reviram o outlook da dívida para positivo, indiciando uma possível revisão em alta da notação de risco, caso as variáveis económicas e financeiras continuem a evoluir favoravelmente.

Política de investimento

O primeiro semestre de 2019 caracterizou-se por fortes valorizações nos principais mercados acionistas. As políticas monetárias adotadas pela Reserva Federal dos EUA e pelo Banco Central Europeu, aliadas à diminuição da tensão comercial entre os EUA e a China permitiram valorizações no mês de junho, tendo o índice norte-americano S&P500 atingido novo máximo histórico.

Nos primeiros meses do ano, os mercados obrigacionistas tornaram-se mais atrativos devido ao impacto da tensão comercial em economias mais exportadoras e aos discursos dos bancos centrais. O BCE distanciou-se de eventuais subidas de taxas de juro e abriu a porta a novas políticas de estímulo, já a Fed voltou atrás na previsão que apontava para a subida da taxa de juro durante 2019, e um corte da taxa diretora tornou-se uma possibilidade.

Em relação aos mercados acionistas, o primeiro semestre de 2019 demonstrou ser bastante positivo. O índice EUROSTOXX 50 subiu 15,7%, o S&P500 e o Nasdaq subiram 17,3% e 20,7% respetivamente.

O fundo fechou o semestre com um desempenho positivo.

Informamos ainda que nos últimos 3 anos civis não houve alterações substanciais à política de investimento.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2009	4 358 046	17,3941
2010	4 097 282	18,1417
2011	3 441 226	16,8476
2012	2 919 031	18,2103
2013	2 671 177	19,2728
2014	2 513 944	20,0183
2015	2 432 201	20,2798
2016	2 419 857	20,5529
2017	2 742 175	20,8308
2018	2 935 632	19,9518

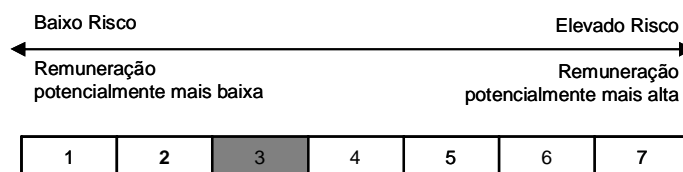
Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2009	6,49%	5,34%	3
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,16%	6,03%	3
2012	8,11%	3,47%	2
2013	5,83%	3,85%	3
2014	3,87%	5,04%	4
2015	1,30%	5,12%	4
2016	1,35%	3,76%	3
2017	1,34%	4,02%	3
2018	-4,22%	4,09%	3

(Fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo e pelos participantes.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Atualmente a isenção da comissão de subscrição mantêm-se para subscrições efetuadas até 31 de dezembro de 2018 e a partir daí passa a 2%.

Custos e Proveitos

Descritivo	2019-06-30	2018-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	242 303	369 088	-126 786	-34%
Rendimento de Títulos	31 418	40 556	-9 138	-23%
Ganhos em Operações Financeiras	5 500 647	4 788 354	712 294	15%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Provisões para Encargos	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	7 936	8 911	-974	-11%
Total	5 782 304	5 206 909	575 395	11%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	18 124	121 962	-103 838	-85%
Comissões e Taxas	501 276	489 423	11 854	2%
Comissão de gestão	477 149	452 550	24 599	5%
Comissão de depósito	10 923	9 962	962	10%
Outras comissões e taxas	13 204	26 911	-13 707	-51%
Perdas em Operações Financeiras	2 358 381	5 331 008	-2 972 627	-56%
Impostos	19 086	7	19 078	256063%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes	3 681	4 020	-339	-8%
Total	2 900 548	5 946 420	-3 045 872	-51%
Resultado do Fundo	2 881 756	-739 511	3 621 267	-490%

Demonstração do Património

Descritivo	2019-06-30	2018-12-31
Valores mobiliários	54 666 584	49 271 907
Saldos bancários	7 039 592	8 580 965
Outros ativos	559 315	759 328
Total dos ativos	62 265 491	58 612 199
Passivo	140 964	40 973
Valor Líquido do OIC	62 124 526	58 571 227

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2019		31.12.2018	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	48 276 672	77,53%	43 168 357	73,65%
M.C.O.B.V. Portuguesas	1 617 644	2,60%	1 630 962	2,78%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	46 659 028	74,94%	41 355 380	70,56%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	-	0,00%	182 014	0,29%
OUTROS VALORES	2 421 679	3,89%	3 239	0,01%
Valor Mobiliários nacionais não cotados	2 421 679	3,89%	3 239	0,01%
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	4 125 919	6,63%	6 309 574	10,76%
OIC domiciliados em Portugal	2 537 697	4,08%	4 905 707	8,37%
OIC domiciliados Estado membro UE	1 588 222	2,55%	1 403 867	2,40%
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%
Em Mercado Regulamentado	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	62 265 490	84,16%	58 612 199	84,42%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGFIM, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGFIM – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGFIM;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo;

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora

2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2019) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 26 de Agosto de 2019

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (ou Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 62 265 491 euros e um total de capital do Fundo de 62 124 526 euros, incluindo um resultado líquido de 2 881 756 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR**, em 30 de junho de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 88% do ativo.</p> <p>Assim, a verificação das cotações, e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014


Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria

acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo em 27 de agosto de 2019;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo


Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
 - (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
 - (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- 

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2019



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2019**

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2019-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		2019-06-30			2018-12-31		Código		2019-06-30	2018-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	14 802 138	14 642 643	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	(7 665 165)	(8 177 214)	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	52 105 797	54 628 840	
						65	Resultados Distribuídos			
	Carteira de Títulos					67	Dividendos antecipados das SIM			
21	Obrigações	22 064 937	149 356	(280 056)	21 934 237	21 961 584	66	Resultado Líquido do Período	2 881 756	(2 523 042)
22	Acções	(0)			(0)	(0)		<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>62 124 526</u>	<u>58 571 226</u>
23	Outros Títulos de Capital									
24	Unidades de Participação	35 432 729	2 829 814	(5 530 197)	32 732 346	27 310 323		Provisões Acumuladas		
25	Direitos	(0)			(0)	(0)	481	Provisões para Encargos		
26	Outros Instrumentos da Dívida							<i>Total de Provisões Acumuladas</i>		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>57 497 666</u>	<u>2 979 170</u>	<u>(5 810 252)</u>	<u>54 666 584</u>	<u>49 271 907</u>				
	Outros Activos									
31	Outros activos									
	<i>Total de Outros Activos</i>									
	Terceiros									
411+...+ 418	Contas de Devedores	73 535			73 535	216 296	421	Resgates a Pagar aos Participantes	43 497	32 773
424	Estado e Outros Entes Públicos	322 545			322 545	322 545	422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>396 080</u>			<u>396 080</u>	<u>538 841</u>	423	Comissões a Pagar	88 255	2 596
							424+...+429	Outras contas de Credores	0	
	Disponibilidades						43+12	Empréstimos Obtidos		
11	Caixa						44	Pessoal		
12	Depósitos à Ordem	7 039 592			7 039 592	8 580 965	46	Accionistas		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso							<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>131 753</u>	<u>35 369</u>
14	Certificados de Depósito							Acréscimos e diferimentos		
18	Outros Meios Monetários						55	Acréscimos de Custos		
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>7 039 592</u>			<u>7 039 592</u>	<u>8 580 965</u>	56	Receitas com Provento Diferido		
							58	Outros Acréscimos e Diferimentos	9 212	5 604
	Acréscimos e diferimentos						59	Contas transitórias passivas		
51	Acréscimos de Proventos	163 235			163 235	214 009		<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>9 212</u>	<u>5 604</u>
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos					6 478		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>62 265 491</u>	<u>58 612 199</u>
59	Contas transitórias activas	0			0	0				
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>163 235</u>			<u>163 235</u>	<u>220 487</u>				
	TOTAL DO ACTIVO	<u>65 096 573</u>	<u>2 979 170</u>	<u>(5 810 252)</u>	<u>62 265 491</u>	<u>58 612 199</u>				
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>2 967 609</u>	<u>2 935 633</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>20,9342</u>	<u>19,9518</u>

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2019-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2019-06-30	2018-12-31	Código		2019-06-30	2018-12-31
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros		579.017	915	Futuros	2.885.137	1.169.389
	<i>Total</i>		579.017		<i>Total</i>	2.885.137	1.169.389
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros		433.950	925	Futuros		
	<i>Total</i>		433.950		<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	19.140	1.203.286	935	Futuros	129.174	1.067.822
	<i>Total</i>	19.140	1.203.286		<i>Total</i>	129.174	1.067.822
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			942	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			944	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de valores			945	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	19.140	2.216.253		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	3.014.311	2.237.211
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	3.014.311	2.237.211	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	19.140	2.216.253

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2019-06-30

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2019-06-30	2018-06-30	Código		2019-06-30	2018-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	18.124	121.962	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	232.254	362.863
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	10.049	6.225
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1.462	12.858		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	497.733	471.668	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	31.418	40.556
729	De Operações Extrapatrimoniais	2.081	4.896	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1.380.776	3.310.572	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	4.423.631	2.832.612
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	977.605	2.020.436	839	Em Operações Extrapatrimoniais	1.077.016	1.955.742
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	19.086	7	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	7.936	8.773
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>5.782.304</u>	<u>5.206.771</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1.128	1.157	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>2.897.996</u>	<u>5.943.557</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais			881	Recuperação de Incobráveis		
781	Valores Incobráveis			882	Ganhos Extraordinários		
782	Perdas Extraordinárias			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		137
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	2.552	2.863		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		<u>137</u>
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>	<u>2.552</u>	<u>2.863</u>				
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>2.881.756</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>739.511</u>
	TOTAL	<u>5.782.304</u>	<u>5.946.420</u>		TOTAL	<u>5.782.304</u>	<u>5.946.420</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	3.305.064	(87.399)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	(2.552)	(2.726)
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	97.330	(69.590)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	2.900.842	(739.504)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	2.884.308	(736.785)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	2.881.756	(739.511)

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2019

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	2019-06-30	2018-06-30
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	2.483.419	3.723.342
Subscrições de unidades de participação	2.475.297	3.717.220
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate	8.122	6.122
PAGAMENTOS:	(1.793.029)	(1.321.762)
Resgates de unidades de participação	(1.793.029)	(1.321.762)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	690.390	2.401.580
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	16.657.773	36.467.729
Venda de títulos e outros ativos da carteira	5.913.337	24.862.301
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		572.000
Resgates de unidades de participação noutros OIC	10.428.340	10.541.063
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	35.595	40.984
Juros e proveitos similares recebidos	280.501	451.381
PAGAMENTOS:	(18.706.623)	(39.337.634)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(5.646.572)	(27.341.755)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(13.040.884)	(11.861.182)
Juros e custos similares pagos	(18.124)	(122.011)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		(9.740)
Outras taxas e comissões	(1.043)	(2.947)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(2.048.850)	(2.869.905)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	1.208.971	1.994.047
Operações cambiais	6.218	95.216
Operações sobre cotações	1.065.322	1.898.831
Margem inicial em contratos de futuros e opções	137.431	
PAGAMENTOS:	(971.554)	(2.187.952)
Operações cambiais		0
Operações sobre cotações	(969.392)	(2.064.002)
Margem inicial em contratos de futuros e opções		(118.610)
Comissões em contratos de futuros	(2.161)	(5.339)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	237.418	(193.905)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	11.959	7.150
Juros de depósitos bancários	9.243	5.952
Impostos e taxas	0	
Outros recebimentos correntes	2.716	1.198
PAGAMENTOS:	(432.288)	(475.576)
Comissão de gestão	(412.567)	(453.757)
Comissão de depósito	(9.082)	(9.988)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(9.400)	(10.423)
Outros pagamentos correntes	(1.240)	(1.407)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(420.330)	(468.426)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	137
Outros recebimentos de operações eventuais		137
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	137
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(1.541.372)	(1.130.518)
Disponibilidades no Início do Período:	8.580.965	8.680.569
Disponibilidades no Fim do Período:	7.039.592	7.550.051

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2019 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-18	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-19
Valor base	14.642.643	596.782	(437.288)	-	-	-	14.802.138
Diferença p/Valor Base	(8.177.214)	1.878.515	(1.366.465)	-	-	-	(7.665.165)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	54.628.840	-	-	-	(2.523.042)	-	52.105.797
Resultados do período	(2.523.042)	-	-	-	2.523.042	2.881.756	2.881.756
Total	58.571.226	2.475.297	(1.803.753)	-	-	2.881.756	62.124.526
Nº de Unidades participação	2.935.633	119.646	(87.670)	-	-	-	2.967.609
Valor Unidades participação	19,9518	20,6885	20,5744	-	-	-	20,9342

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	6
Ups < 0.5%	14.764
TOTAL	14.770

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2019	30-jun-19	62.124.526	20,9342	2.967.609
	31-mai-19	60.877.863	20,6541	2.947.501
	30-abr-19	61.555.802	20,9231	2.941.999
	31-mar-19	60.708.077	20,7064	2.931.858
	28-fev-19	60.220.797	20,5220	2.934.450
	31-jan-19	59.603.332	20,3205	2.933.156
2018	31-dez-18	58.571.226	19,9518	2.935.633
	30-set-18	60.100.635	20,6318	2.913.009
	30-jun-18	58.761.083	20,5634	2.857.556
	31-mar-18	57.032.097	20,5241	2.778.782
2017	31-dez-17	57.121.672	20,8308	2.742.175
	30-set-17	54.591.853	20,8266	2.621.251
	30-jun-17	53.732.327	20,7770	2.586.148
	31-mar-17	52.755.687	20,8239	2.533.417

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2019 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
1.1 - Merc. Cot. Oficiais da Bolsa Val. Port.						
1.1.1 -Títulos de Dívida Pública						
PGB 2.2 17/10/22	462.549	24.621	-	487.170	6.971	494.141
OT 4.8% 15/06/2020	293.161	-	(9.836)	283.325	567	283.891
PGB5 5.65% 15/2/24	828.107	-	(2.178)	825.929	13.684	839.612
	1.583.816	24.621	(12.014)	1.596.423	21.221	1.617.644
1.3 - Merc. Cot. Oficiais Bolsa Val. Est. Memb. U.E						
1.3.1 -Títulos de Dívida Pública						
PORTU 5,125 15/10/24	163.086	10.087	-	173.173	1.673	174.846
SPGB 5.85% 31/01/22	453.333	-	(23.445)	429.888	8.955	438.842
SPGB 2.75% 31/10/24	337.734	8.364	-	346.098	5.492	351.590
SPGB 0.35 30/07/23	298.098	9.132	-	307.230	967	308.197
SPGB 4.4% 31/10/23	1.702.260	-	(20.188)	1.682.072	41.010	1.723.082
SPGB 3,8% 30/4/24	547.896	-	(1.534)	546.362	2.948	549.310
SPGB 2.15% 31/10/25	380.898	16.443	-	397.341	5.010	402.351
SPGB 0.4 30/4/22	2.494.005	4.622	-	2.498.627	1.655	2.500.283
BTPS 4.5 1/2/20	522.020	-	(8.650)	513.370	9.323	522.693
BTPS 3.75% 1/8/21	787.033	-	(36.385)	750.648	10.908	761.556
BTPS 4.25 01/03/20	316.852	-	(8.248)	308.604	4.227	312.831
BTPS 4,75% 1/9/21	207.373	-	(10.715)	196.658	2.835	199.492
BTPS 4.5% 1/3/24	118.774	-	(4.261)	114.513	1.492	116.005
BTPS 3,75% 1/5/21	1.266.931	-	(93.229)	1.173.702	6.856	1.180.559
BTPS 0,95 15/3/23	251.518	-	(1.855)	249.663	697	250.360
BTPS 0.45 1/6/21	121.426	-	(1.084)	120.342	44	120.386
BTPS 0.05 15/10/19	109.277	767	-	110.044	12	110.056
BTPS 1.2 1/4/22	205.314	-	(2.684)	202.630	597	203.227
BTPS 0.35 15/6/20	1.818.024	8.492	-	1.826.516	278	1.826.794
BTPS 0.2 15/10/20	601.188	360	-	601.548	252	601.800
BTPS 0,95 1/3/23	1.479.079	-	(21.138)	1.457.941	4.598	1.462.539
BTPS 2.3 15/10/21	931.266	5.931	-	937.197	4.355	941.552
FRTR 1.75% 25/5/23	284.318	-	(1.043)	283.275	460	283.735
FRTR 0.5 25/5/25	161.238	7.354	-	168.592	81	168.673
FRTR 0 25/03/23	271.571	4.836	-	276.407	-	276.407
T 1.75 30/11/19	247.788	2.250	-	250.038	371	250.409
SPGB 4,8% 31/1/24	397.827	-	(3.837)	393.990	6.354	400.345
PARPU Float 28/12/20	150.330	-	(45)	150.285	267	150.552
	16.626.459	78.638	(238.341)	16.466.756	121.719	16.588.474
1.3.3 -Obrigações Diversas						
BRCORO 3,875% 1/4/21	443.990	-	(16.466)	427.524	3.854	431.378
BAYNGR 0.05 15/06/20	497.410	590	-	498.000	11	498.011
Renaul float 4/11/24	301.200	-	(10.686)	290.514	126	290.640
Fortis 09/03/2020	500.000	5.000	-	505.000	3.029	508.029
EDP 2,625% 18/1/22	572.192	37.183	-	609.375	6.723	616.098
LLOYDS float 4/2/20	200.200	54	-	200.254	34	200.288
TITIM 1,125 26/03/22	297.900	-	(2.550)	295.350	890	296.240
AMX 0 28/5/20	792.800	2.320	-	795.120	-	795.120
TELEFO 0% 9/3/21	98.730	950	-	99.680	-	99.680
GM Float 10/5/21	150.240	2	-	150.242	81	150.323
	3.854.662	46.099	(29.702)	3.871.059	14.747	3.885.806
1.3.6 - UPs fundos de investimento fechados						
ETF iShares EUR Corp	3.394.653	5.747	-	3.400.400	-	3.400.400
ISHARES EUR GOV 3-5Y	1.197.994	33.927	-	1.231.921	-	1.231.921
INVESCO S&P 500 ACC	617.698	36.095	-	653.793	-	653.793
ISHARES SP500 ETF IT	1.658.996	1.543.673	-	3.202.669	-	3.202.669
ETF ISHARES JPM USD	749.420	33.267	-	782.687	-	782.687
iSh EURCorpBond ETF	2.852.877	43.730	-	2.896.607	-	2.896.607
iShares EUR Corp Bon	860.077	-	(23.472)	836.606	-	836.606
db xtrackersES50 ETF	5.931.633	263.763	-	6.195.396	-	6.195.396
Lyxor ETF S&P 500	3.166.977	726.286	-	3.893.263	-	3.893.263
AMUNDI ETF EURO STOXX	1.068.613	68.324	-	1.136.937	-	1.136.937
LYXOR BARCL FLT EUR	929.328	-	(5.197)	924.131	-	924.131
LYXOR EUR CORP BOND	955.338	75.000	-	1.030.338	-	1.030.338
	23.383.604	2.829.812	(28.669)	26.184.747	-	26.184.747

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
2.OUTROS VALORES						
2.1 Val. Mobiliários Nacionais não Cotados						
2.1.3 -Obrigações Diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
Somec/92	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
2.1.6 -UPs de fundos de investimento fechados						
Fundo Lusimovest	2.632.634	0	(210.955)	2.421.679	-	2.421.679
	2.632.634	-	(210.955)	2.421.679	-	2.421.679
3. UPS DE ORGANISMOS INVEST. COLECTIVO						
3.1 OIC domiciliados em Portugal						
Vision Escritórios	4.057.899	0	(1.628.577)	2.429.322	-	2.429.322
Explorer - II	352.177	-	(243.802)	108.375	-	108.375
	4.410.076	-	(1.872.379)	2.537.697	-	2.537.697
3.2 OIC domiciliados num Estado-membro da EU						
Groupama Entreprises	1251408	-	(756)	1.250.652	-	1.250.652
INVESCO PAN EUPN E-Z	355007,14	-	(17.437)	337.570	-	337.570
Lux Invest Plus - B	3400000	-	(3.400.000)	-	-	-
	5.006.415	-	(3.418.193)	1.588.222	-	1.588.222
TOTAL	57.497.666	2.979.170	(5.810.253)	54.666.584	157.686	54.824.270

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2019 foi o seguinte:

Descrição	31-12-18	Aumentos	Reduções	30-06-19
Numerário	-	-	-	-
Depósitos à ordem	8.580.965	21.231.164	22.772.536	7.039.592
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	8.580.965	21.231.164	22.772.536	7.039.592

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.

- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado

em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Códigos dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2019, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
AUD	75.143	-	-	-	-	-	75.143
CHF	129.448	-	-	-	-	-	129.448
GBP	85.698	-	(224.475)	-	-	(224.475)	(138.777)
JPY	8.267.038	-	(138.071.250)	-	-	(138.071.250)	(129.804.213)
SEK	331.745	-	-	-	-	-	331.745
USD	2.498.775	-	(1.716.750)	-	-	(1.716.750)	782.025
Contravalor Euro	2.553.010	-	(2.885.137)	-	-	(2.885.137)	(332.127)

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2019 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é a seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	5.107.834	-	-	-	-	5.107.834
de 1 a 3 anos	8.391.094	-	-	-	-	8.391.094
de 3 a 5 anos	6.703.734	-	-	-	-	6.703.734
de 5 a 7 anos	1.097.460	-	-	-	-	1.097.460
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.
Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2019

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2019, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco de cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	(110.034)	-	(110.034)
Unidades de Participação	32.732.346	-	-	32.732.346

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2019:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	62.124.526	58.571.226
Carteira com derivados	59.091.075	54.117.762
	4,88%	7,60%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2019, foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	477 149	0,79%
Comissão de Depósito	10 923	0,02%
Taxa de Supervisão	9 492	0,02%
Custos de Auditoria	1 128	0,00%
Encargos outros OIC	-	
Outros Custos Correntes	-	
TOTAL	498 693	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência